



Relatório de actividade (2-Jan01)

Porquê tanto tempo sem notícias?

De facto há já algum tempo, mais do que desejávamos, que não entramos em contacto com os ET's. Deve-se o facto, ao facto, desculpem lá a repetição, de as horas do dia não esticarem, de também termos o nosso serviço do dia a dia, e, para além disso, depois de realizarmos duas reuniões do Grupo de Trabalho (GT), resolvemos dividir-mo-nos em subgrupos de trabalho que têm estado a elaborar dois estudos, um sobre o nosso quadro orgânico e outro, com base na Lista da Armada de 2000, um estudo comparativo sobre as condecorações atribuídas aos sargentos das várias classes de sargentos da Marinha - como se sabe as condecorações têm uma implicação directa com a avaliação do mérito dos militares -, do qual se podem fazer constatações curiosas.

Por outro lado andámos também ocupados com a questão da exposição sobre o pessoal colocado a prestar serviço no Arsenal do Alfeite. Sobre esta questão vamos pronunciarmo-nos em outros espaços deste boletim, mas importa realçar alguns aspectos que consideramos relevantes.

Em primeiro lugar a adesão com que os camaradas responderam a esta iniciativa decidida no Encontro que realizámos em Novembro (afinal não foi há tanto tempo assim que estivemos em contacto). Sabe-se já que mais de 114 camaradas decidiram que valia a pena levar a cabo mais esta iniciativa, que vem na sequência de uma nota da Comissão Consultiva Permanente dos Sargentos da Armada (CCPSA) elaborada em Junho de 2000 devido a muitos Electrotécnicos o terem solicitado àquela Comissão - como se sabe essa nota, como todas as restantes elaboradas pela CCPSA no ano passado, cobrindo matérias que nos são caras, como o Sistema Retributivo, as alterações ao EMFAR, as carreiras, sobre os problemas dos PIN's, não obtiveram qualquer despacho.

Em segundo lugar o Despacho de Sua Ex.a o ALM CEMA: "O D. L. 202/93 DE 3 DE JUNHO, IMPEDE CLARAMENTE A ACEITAÇÃO DO EXPOSTO. DÊ-SE CONHECIMENTO AO EXPONENTE". Neste boletim veremos que, afinal, este entendimento só está claro para Marinha, visto que a Força Aérea mantém cerca de 20 militares na situação de adidos ao quadro nas OGMA.

Por fim, estivemos empenhados na preparação e participação da classe nas eleições para o Conselho de Classe dos ET's. Também neste capítulo se verificou uma boa adesão à lista recomendada pelo GT, embora se deva registar o elevado nível de abstenção entre os 1SAR e os 2SAR. Demonstra que ainda falta percorrer um longo caminho de esclarecimento e consciencialização sobre a importância deste órgão no desenvolvimento e na dignificação da classe.

BREVES

Os mais jovens ET's mais uma vez estiveram à altura dos pergaminhos da classe e defenderam as PAP com êxito, tendo concluído assim o CFS-ET.

Bem vindos à classe!

O 3º ano ET vai entrar na fase da especialização, mais uma vez com o pesadelo de terem de, em simultâneo, preparar uma PAP. Tal situação não lhes vai permitir a devida atenção às disciplinas da especialização nem dedicar toda a sua atenção à realização da prova final do curso. Apesar destas dificuldades esperadas, desejamos a todos boa sorte!

Salienta-se, pela sua importância, os Encontros de classe que entretanto foram realizados: Electricistas, Artilheiros, MQ's e estão em preparação os encontros as classes de Radaristas e de Comunicações.

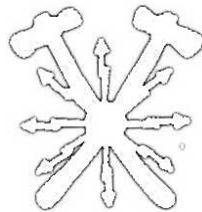
Recebemos um convite dos MQ's para a realização de uma reunião conjunta dos GT, que nós aceitámos, claro!



Exposição sobre o pessoal em serviço no AA

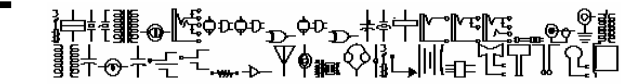
O despacho do ALM CEMA à exposição dos electrotécnicos sobre a situação relativa aos quadros orgânicos do pessoal em serviço Arsenal do Alfeite impõem-nos um conjunto de reflexões. Antes de abordarmos o despacho em si, importa reflectir sobre um aspecto determinante e dramático da política naval para a área do pessoal, em particular para as nossas aspirações. O ALM CEMA através das suas Cartas já por mais de uma vez manifestou a intenção de adoptar medidas tendentes a resolver os problemas de carreira que se colocam ao pessoal da Marinha, no entanto tardam essas medidas e, o que se verifica, é que se tem inviabilizado todas as medidas propostas pelos Sargentos através das suas organizações. As carreiras estão congestionadas e os quadros envelhecidos, no entanto a

Administração Central de Marinha não só não aceitou o alargamento da medida extraordinária de redução dos tempos mínimos a todas as classes como agravou os tempos mínimos das classes que já usufruíam desta medida e não conseguem ter homens em condições de ocuparem as vagas dos postos superiores.



Inviabilizou a adopção da medida que permitia a promoção ao posto imediato dos SAJ que perfizessem um total de 18 anos de permanência no posto actual e anterior, que foi apresentada pela FAP e aproveitada pela Marinha para os CTEN de algumas classes de Oficiais. A este propósito os Sargentos da Marinha dirigiram uma exposição ao ALM CEMA para que esta medida fosse adoptada, e, se o fosse, teria beneficiado mais de 100 Sargentos de sete classes da Armada, com as repercussões que isso teria no desenvolvimento dos quadros. Como resposta obtiveram uma negativa com o argumento de que a medida teria

sido apresentada pela FAP para resolver um problema interno específico daquele ramo. Argumento que não se entende. Se assim foi, então como enquadrar aí o facto de ter sido adoptada para os CTEN de algumas classes? Sendo o problema específico da FAP, o envelhecimento dos quadros e dar resposta à intensa contestação interna dos Sargentos daquele ramo, então, por maioria de razão, teria aplicação na Marinha. Sabe-se



que no momento em que o despacho foi elaborado o quadro dos Sargentos daquele ramo mais envelhecido tinha alguns, poucos, homens com 14 anos de permanência no posto de 1SAR, enquanto a Marinha tinha 6 classes com dezenas de homens com mais de 14 anos de permanência naquele posto, atingindo alguns 18 e mais anos. Inviabilizou outras medidas estruturantes que, se tivessem sido adoptadas, teriam criado uma conjuntura de desanuviamento dos quadros, uma melhoria nos níveis de confiança na Administração Central e na motivação. Podemos citar, a título de exemplo, a medida dos tempos máximos nos postos e a medida que permitiria a promoção ao posto imediato de todos os 1TEN e SAJ que perfizessem 52 anos de idade e 31 de serviço.

Agora nega-se mais esta possível saída. Poderíamos elaborar uma pesada e forte argumentação jurídica que provasse à evidência que o aludido DL 202/93 não inviabiliza a pretensão dos exponentes para que os militares em serviço no AA sejam colocados na situação de adidos ao quadro, mas o simples facto de os militares da FAP em serviço

nas OGMA, abrangidos e citados no e pelo mesmo DL, estão adidos aos respectivos quadros (cerca de 20) estando o mais recente desde 22DEZ00 e o mais antigo desde ABR94, todos, portanto, já depois do 202/93 estar em vigor. Mais uma vez somos discriminados e prejudicados relativamente aos militares daquele ramo. Mais um motivo para nova exposição requerendo tratamento igual, de acordo com um dos princípios da Administração Pública onde estamos integrados. Verifica-se que não só os problemas de carreira não são resolvidos como as propostas de resolução apresentadas pelos Sargentos são sistematicamente inviabilizadas. Os Sargentos começam a ver-se encurralados entre uma carreira sem futuro e uma atitude que em vez de solucionar este grave problema tende a anular as tentativas de solução; começam a ficar sem saídas. E um homem encurralado, sem saídas, só lhe resta a luta intransigente pela defesa dos seus direitos, do seu futuro e da qualidade de vida dos seus filhos

As voltas que as exposições deram.

Como é sabido nem todos os Comandantes cumpriram como seria devido os preceitos do Código do Procedimento Administrativo (CPA), embora seja de registar aqueles que cumpriram como lhes competia. O CPA obedece a princípios que são aplicáveis a todos os órgãos administrativos, nomeadamente os que compõem as Forças Armadas.

Começou por, em alguns casos, os Comandantes terem chamado os Sargentos exponentes para lhes dizerem que entendiam aquelas exposições como uma prova de falta de confiança neles, comandos. Que as exposições indicariam que os exponentes não confiavam nas capacidades dos respectivos Comandantes resolverem aqueles problemas. De um modo geral estes comandos criaram ainda uma série de obstáculos ao prosseguimento do processo administrativo que é uma exposição.

Outros, como na DN, fizeram exigências desnecessárias e que na prática inviabilizaram o prosseguimento das exposições – exigiram que os exponentes apresentassem cópias dos documentos citados para que pudessem dar o seu parecer.

É bom chamar a atenção que são precisamente atitudes deste tipo que levam os Sargentos a não confiarem nos seus comandos para servirem de posto de recepção e encaminhamento das suas exposições e requerimentos. Os Sargentos, por uma questão de lealdade e confiança nos seus comandos utilizaram este processo de encaminharem as suas exposições, mas atitudes deste tipo podem levar os Sargentos a utilizar o correio como meio de encaminhar as suas exposições, tal como o CPA prevê.

Por outro lado não se entende, a menos que seja para chatear e incomodar, que uma

parte significativa dos exponentes sejam chamados à RSP a propósito desta exposição. Curiosamente os Sargentos dos comandos que mais problemas e dificuldades criaram. Se pensam que com a pressão e o incómodo vão conseguir que os Sargentos desistam do direito de exporem e requererem sobre os problemas que os afectam, estão enganados: os Sargentos não-de encontrar forma de continuarem a lutar por medidas que lhes resolvam os problemas de carreira.

Mas outro problema se levanta. Com que delegação de poderes é que a RSP vai tomar posição sobre um conjunto de exposições que não lhe foram dirigidas, nem está ao seu alcance resolver? É o que os camaradas, 27 ao todo, irão saber na próxima terça-feira dia 23JAN01 quando comparecerem fardados de 3B na RSP para onde foram convocados por mensagem.